



A CHINA E O SISTEMA SINOCÊNTRICO COMO PARTE DA TRANSIÇÃO RUMO À MULTIPOLARIDADE: NOVOS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS NO SISTEMA-MUNDO

Maria Carolina Graciano Sugahara¹

João Augusto Pereira do Prado²

Isabella Pizarro Tiburcio³

RESUMO

A primeira década do século XXI, ao contrário de afirmar a ação unilateral dos Estados Unidos, promoveu a emergência de atores representativos nos espaços globais de disputa, como a Rússia, a Índia e a China. Capitaneando essa nova dinâmica, a China tornou-se a principal líder na produção e exportação mundial, sobretudo no setor manufatureiro, tornando-se rapidamente um dos principais países nas cadeias de valor globais. A partir de uma ampla revisão de literatura e composição de base bibliográfica e documental, este trabalho busca propor uma análise das relações internacionais contemporâneas, entendendo o comportamento diplomático chinês – que tem buscado crescentemente por arranjos econômicos alternativos, participação em órgãos supranacionais as alianças bilaterais e multilaterais.

Palavras-chave: Geopolítica; China; multipolaridade; sistema interestatal.

ABSTRACT

The first decade of the 21st century, contrary to affirming one-sided action of the United States, promoted the emergence of representative actors in global spaces of dispute, such as Russia, India, and China. Leading this new dynamic, China has become the world's leading producer and exporter, particularly in the manufacturing sector, quickly becoming one of the leading countries in global value chains. Based on a broad literature review

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro, na área de concentração “Organização do Espaço” a partir da linha de pesquisa “Território, Mutações Econômicas e Políticas Públicas”. Bolsista de mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: carolina.sugahara@unesp.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro, na área de concentração “Organização do Espaço” a partir da linha de pesquisa “Território, Mutações Econômicas e Políticas Públicas”. Bolsista de mestrado Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: joao.prado7@hotmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro, na área de concentração “Organização do Espaço” a partir da linha de pesquisa “Território, Mutações Econômicas e Políticas Públicas”. E-mail: isabella.pizarro@unesp.br



and bibliographical and documentary base composition, this work seeks to propose an analysis of contemporary international relations, understanding Chinese diplomatic behavior - which has increasingly sought alternative economic arrangements, participation in supranational bodies, bilateral alliances, and multilaterals.

Keywords: Geopolitics; China; multipolarity; interstate system.

INTRODUÇÃO

O entendimento de uma nova dinâmica internacional, pautada na ascensão dos países emergentes – sobretudo asiáticos – produz transformações no interior das relações entre os Estados nacionais. A partir de uma análise das estratégias geopolíticas e geoeconômicas traçadas pela China rumo ao multilateralismo, este trabalho procura fornecer elementos para melhor compreender essas questões.

Se generalizou, a partir dos anos de 1990, a compreensão acerca da influência dos ativos financeiros na economia moderna. Desde o início da década de 1980, se testemunha inúmeras mutações na composição da riqueza mundial, introduzidas pela participação cada vez maior de haveres financeiros no patrimônio público ou privado. Assim, a acumulação crescente desses ativos ganhou na maioria dos casos status permanente na gestão da riqueza capitalista. Diante disso, difunde-se o argumento de que o capitalismo vive, no atual período contemporâneo, sob um regime de acumulação com dominância da valorização financeira, constituindo um modo de regulação adequado a esse tipo de acumulação (HARVEY, 2003, 2005; CHESNAIS, 1995; BELLUZZO e COUTINHO, 1996; BRESSER-PEREIRA, 2010).

Contudo, isso não significa que os Estados nacionais deixaram de ser atores relevantes no atual regime, uma vez que “o funcionamento dos mercados financeiros domésticos e internacionais continua dependendo decisivamente da atuação dos Estados nacionais no campo regulatório ou como emprestadores de última instância em momentos de crise financeira” (BATISTA Jr., 1998, pg. 162).

No início do século XXI, a China avançou em torno de agendas qualitativamente distintas, na medida em que o fortalecimento político e econômico da China lhe garantiu maior proeminência no âmbito internacional, com plena inserção nas organizações multilaterais globais. Assim, contrastando o baixo perfil da política externa adotado desde as gestões de Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa renovou seu ativismo.



O peso na produção e nas exportações dos países centrais vem passando por um decréscimo nos últimos anos, ao mesmo tempo em que a participação dos países dentro do sistema periférico – como o bloco do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e o G20 – vem se ampliando (CAMPOLINA; DINIZ, 2014). É necessário avaliar, nesse sentido, quais seriam os indicativos das alterações na geografia econômica e na geografia política, que sugere uma mudança do centro hegemônico do sistema mundial do Ocidente para o Oriente (ARRIGHI, 2008).

Ainda que os estudiosos nos últimos anos atentem para uma “desestatização” necessária da geografia política (RAFFESTIN, 1993), as novas transformações contemporâneas mundiais e as recentes mudanças nas relações interestatais requerem uma instrumentação teórica e uma nova reflexão dos geógrafos sobre o Estado. Seguindo o pensamento de Wanderley Costa (1992, p. 265), “dada a quase ausência de reflexão e debate sobre o tema, não se deve subestimar a força de conceitos-chave como o de Estado-organismo-territorial no pensamento de muitos dos que tratam assuntos do setor da geografia”.

Diante dessa perspectiva, a partir da percepção de uma transformação da antiga ordem bipolar – capitaneada pelos Estados Unidos e pela União Soviética – para a multipolaridade, se testemunhou a emergência de novos espaços de acumulação do capital, sobretudo a partir dos anos 1980. Com a ascendência econômica chinesa, sobretudo a partir dos anos 2000, este trabalho tem o objetivo de (re)pensar quais são as dinâmicas contemporâneas de relação de poder entre os Estados, analisando os aspectos estruturantes do Estado Chinês e suas estratégias diplomáticas e geopolíticas para a consolidação da multipolaridade e seus desafios no sistema-mundo moderno.

METODOLOGIA

A partir da problemática traçada e dos objetivos propostos, apontam-se os principais encaminhamentos a serem realizados para a consecução deste projeto:

- a) Levantamento bibliográfico e revisão de literatura das principais referências teóricas referentes ao estudo da geografia política (RAFFESTIN, 1993, CASTRO, 2005; COSTA, 1992), tendo em vista o cenário contemporâneo e as novas atuações do Estado.



- b) Ampliação da revisão de literatura sobre o conceito de Estado (HARVEY, 2003; 2005; ARRIGHI, 1997; COX, 1986; 2000); sistema mundial (ARRIGHI, 2001, 2007; FIORI, 2004, 2009, 2014; WALLERSTEIN, 1991, 2001); multipolaridade (STUNKEL, 2018) e suas interações com o campo de debates da geografia política.
- c) Composição da base de dados retirados de fontes oficiais – relatórios internacionais, notícias, teses, dissertações, etc. –, buscando a construção de uma matriz de relações geopolíticas da China e seus níveis de abrangência territorial, afim de analisar o padrão diplomático Chinês e suas disputas por espaço e poder.
- d) Sistematização do exercício analítico-reflexivo entre às principais referências teóricas-metodológicas e dados secundários, para evidenciar as estratégias nacionais chinesas na garantia de um bloco multipolar, e quais suas perspectivas na diminuição da dependência comercial com os Estados Unidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Reconhece-se que a pressão competitiva interna do sistema interestatal capitalista aumentou com o vertiginoso crescimento do poder dos Estados Asiáticos, em particular, da China. “O tamanho desta "pressão competitiva" neste início do século XXI permite prever uma nova corrida imperialista entre as grandes potências, e uma gigantesca expansão das fronteiras deste universo mundial” (FIORI, 2009, p.24).

Entende-se, assim, que o Estado é um dos principais agentes responsáveis pela alocação e realocação lucrativa do capital sobreacumulado, bem como pela superação das crises econômicas ao longo da história. De acordo com Harvey (2003), um dos pontos de partida é a marcante Grande Depressão, onde o desenvolvimento pela mão do Estado foi a solução encontrada para a superação da crise instalada. Além da Grande Depressão, a crise do início dos anos 1970, causada pela sobreacumulação, acabou por direcionar inversamente à anterior uma solução, propondo total desregulação financeira, onde o setor econômico ganha destaque através do que é conhecido como um regime de acumulação dominado pela financeirização. Neste período, com a abertura dos mercados, já surgem interesses voltados ao multilateralismo, sobretudo chineses, uma vez que “a década de 1980 testemunhou um processo contínuo de integração no sistema



internacional com a adesão da China a várias instituições e regimes internacionais” (MINGJIANG, 2011, p. 6).

Os Estados nacionais soberanos que compõe o sistema mundial moderno estão inseridos dentro de uma determinada hierarquia na economia mundo capitalista. Baseado em suas forças individuais – comparativamente assimétricas –, os Estados podem utilizar mecanismos diplomáticos, políticos e militares para garantir seus interesses dentro do sistema interestatal, concentrar atividades centrais em seus territórios e influenciar em processos econômicos-políticos internacionais. A capacidade de cada Estado, entretanto, é restringida pelo balanço de forças dentro do sistema interestatal (ARRIGHI, 2008; WALLERSTEIN, 2001).

A produção do espaço, a formação de novas divisões territoriais do trabalho, a abertura de novos espaços dinâmicos de acumulação, de novos e mais baratos complexos de recursos, fornecem inúmeras maneiras de se garantir a absorção de excedentes de capital e trabalho. “No entanto, estas expansões, reorganizações e reconstruções geográficas frequentemente ameaçam os valores fixados em um local em que ainda não foram realizados” (HARVEY, 2003, p. 98).

Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar as desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo, contudo, possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e, ao mesmo tempo, deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado (HARVEY, 2003, p.126).

Os ajustes espaço-temporais, moldados por processos moleculares⁴do capitalismo, buscam formas de o excedente se arranjar espacialmente, construindo paisagens geográficas que viabilizem atividades lucrativas. Seguindo essa linha de

⁴ Para o autor, os processos moleculares do capital são “maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capital, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante” (HARVEY, 2003, p. 31-32).



raciocínio, o surgimento de mais de duas centenas de Estados nacionais – a partir dos processos de independência e descolonização da África e da Ásia – fez com que sistema interestatal capitalista fosse ampliado, se mundializando definitivamente com a incorporação dos países do antigo mundo soviético.

Segundo Fiori (2014), esse sistema pode ter múltiplos centros econômicos e infinitas periferias e dependências, uma vez que “existem vários tipos possíveis de lideranças econômicas globais ou regionais que podem produzir esse mesmo efeito rastro dentro de suas áreas de liderança” (FIORI, 2014, p. 27).

Com o fim das graves crises financeiras vivenciadas pelos países em desenvolvimento na década de 1990, os anos 2000 possibilitaram a consolidação de posições superavitárias no âmbito fiscal, comercial e de acumulo de reservas externas por parte desses países (RINALDI, 2010). Em contrapartida, países como os Estados Unidos e da Europa Ocidental testemunham posições deficitárias, alterando geograficamente as posições dos países credores e devedores. Segundo Rinaldi (2010, p. 34), “os países em desenvolvimento passaram a exportar, de forma mais proeminente, capitais para esses países deficitários sob várias formas”.

Considerando que a primeira década do século XXI – definida por importantes transformações no âmbito econômico e político⁵ –, ao contrário de afirmar a ação unilateral dos Estados Unidos (como era esperado pelo governo Bush), promoveu a emergência de atores representativos nos espaços globais de disputa, como a Rússia, a Índia e a China (PINTO, 2011). Desta forma, capitaneando essa nova dinâmica, a China tornou-se a principal líder na produção e exportação mundial, sobretudo no setor manufatureiro. Além disso, se sobressaiu também como importante mercado consumidor de matérias-primas latino-americanas e africanas, e de equipamentos e maquinários europeus e asiáticos. Atualmente, a China vem sendo considerada a nova “fábrica do mundo” (CINTRA; PINTO, 2017, p. 382), colocando um questionamento acerca da hegemonia mundial dos Estados Unidos.

⁵ Os atentados de 11 de setembro (2001), marco que deu início à “Guerra ao Terror” do governo de George W. Bush e tendo como principais investidas armadas a Guerra do Afeganistão (2001) e Guerra do Iraque (2003), contribuíram para afirmar a posição unilateral dos Estados Unidos no quadro hegemônico mundial (HARVEY, 2003). Além disso, ao mesmo tempo que combatia o terrorismo internacional, o Estado norte-americano “adotou uma política fiscal e monetária expansionista que foi um dos elementos responsáveis pelo forte ciclo de crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007 (PINTO, 2011, p. 19).



A emergência produtiva da Ásia, marcada pelo fenômeno do “milagre asiático” – que transpôs as fronteiras regionais – conteve, ao menos do plano econômico, o domínio total norte-americano (POCHMANN, 2011, p. 8). Assim, a fragmentação do sistema mundial está ocorrendo tanto por conta da “asiatificação” da economia internacional, tendo como principal expoente o crescimento da China, como também pela grande presença americana no Oriente Médio (FIORI, 2004).

Dessa maneira, o crescimento relativo dos países da periferia e as transformações nos países centrais quanto a sua mudança na hierarquia do novo sistema mundial dependem das estratégias políticas empreendidas pelos Estados nacionais, que, por sua vez estão associadas às circunstâncias externas de cada período histórico. Sendo assim, a mobilidade nacional dentro desse sistema é possível mediante “períodos de grande bonança econômica internacional, assim como nos períodos de intensificação da competição e das lutas entre as grandes potências” (FIORI, 2009, p. 176), e do aproveitamento político da energia interna de cada país para se projetarem internacionalmente. A produção e a riqueza interna de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional.

Diante disso, observa-se a emergência de uma nova multicentralidade geográfica mundial, evidenciando um novo deslocamento do centro dinâmico da América (Estados Unidos) para a Ásia (China), embora o sistema internacional ainda permaneça unipolar – isto é, dominado pelo dólar e por instituições financeiras controladas pelos Estados Unidos, tal como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (POCHMANN, 2011).

“O Estado Chinês não é um Estado a mais no sistema interestatal, e sim um gigante, em termos populacionais, culturais e em capacidade de realização [...]” (OURIQUES; VIEIRA; ARIENTI, 2011, p. 13). Já durante os anos 1990, a China adentrou nas cadeias competitivas de seu entorno regional e iniciou sua escalada do valor adicionado da produção, sobretudo no setor de maquinaria e eletrônicos.

O comércio exterior respondia por apenas 7% do PIB da China em 1978, mas no começo dos anos 1990 disparou para 40% e desde então não saiu desse nível. A participação da China no comércio mundial quadruplicou nesse mesmo período. Por volta de 2002, mais de 40% do PIB do país vinha de investimento externo direto (e a produção equivalia à metade). Na época, a China tornou-se o maior destino do investimento externo direto do mundo em desenvolvimento, e empresas estrangeiras estavam explorando o mercado chinês com lucro (HARVEY, 2008, p. 146).



Países como Taiwan, Malásia, Coreia do Sul e Singapura optaram por transferir suas plantas produtivas afim de se beneficiar do grande exército de trabalhadores chineses de baixo custo.

No início, o influxo vinha principalmente de Taiwan: acredita-se que atualmente cerca de 1 milhão de empreendedores e engenheiros taiwaneses vivem e trabalham na China, levando consigo boa parcela de capacidade produtiva. O influxo sul-coreano também tem sido vigoroso. As corporações de eletrônicos da Coreia do Sul têm hoje substanciais operações na China. Em setembro de 2003, por exemplo, a Samsung Electronics anunciou a transferência de toda a sua produção de PCs para a China, tendo investido previamente no país 2,5 bilhões de dólares, "criando dez subsidiárias de vendas e 26 unidades de produção, empregando um total de 42 mil pessoas. A transferência de produção japonesa para a China contribuiu para o declínio do emprego na manufatura japonesa de 15,7 milhões em 1992 para 13,1 milhões em 2001. E as empresas japonesas também começaram a sair da Malásia, da Tailândia e de outros lugares a fim de ir para a China. E a esta altura investiram tanto no país que "mais da metade do comércio entre o Japão e a China ocorre entre empresas japonesas". Tal como ocorreu nos Estados Unidos, as corporações podem se sair muito bem enquanto seus países de origem sofrem. A China absorveu mais emprego na produção do Japão, da Coreia do Sul, do México e de outras partes do mundo do que dos Estados Unidos. O espetacular crescimento chinês, tanto no plano doméstico como em seu posicionamento no mercado internacional, tem correspondido a uma duradoura recessão no Japão, assim como a atrasos no crescimento, estagnação nas exportações e crises periódicas nos demais países do leste e do sudeste da Ásia. Os efeitos competitivos negativos em muitos países provavelmente vão se aprofundar com o tempo (HARVEY, 2008, p. 150).

Nesse sentido, destaca-se outra relevante característica da nova estratégia chinesa, qual seja o primado por uma atuação multilateral (JISI, 2007), buscando utilizar as instituições internacionais como forma de alcançar uma agenda de reforma gradualista, além de utilizar, cada vez mais, o seu poder financeiro e estratégias da diplomacia *soft power* como forma de adquirir influência política e diplomática, contrabalanceando, assim, a hegemonia americana.

Contudo, segundo Diniz (2006), é necessário considerar alguns pontos quando se é referido ao primado multilateral: primeiramente, de que o sistema internacional é constituído por Estados independentes que buscam garantir sua própria sobrevivência, e que estes nunca podem ter completa certeza sobre as intenções estratégicas de outros Estados. A dificuldade de se avaliar o quanto de segurança um Estado necessita promove



um corolário de incertezas nas relações interestatais e, portanto, “*um Estado não cessará de reunir quanto poder precisa*” (DINIZ, 2006, p. 508).

Por conta desses imperativos, a hegemonia global almejada pelos Estados adquire um significado muito preciso, já que nem todos tem condições de adentrar nos espaços globais de disputa entre as grandes potências. Porém, mesmo que um Estado não alcance a hegemonia global, pode se tornar o hegemônio regional de seu continente – mesmo que tenha obstáculos com relação a distribuição de poder dentro daquele sistema.

A China, por exemplo, não indica predisposições de tornar-se um hegemônio global. Ao contrário, por ser potência hegemônica em seu próprio continente, seu interesse passa a ser impedir o surgimento de outros hegemônios em outras regiões - o que pode ser visto nas disputas geográficas por territórios em que a China está inserida.

Assim, mesmo que a China busque rumos voltados à multipolaridades - estratégia que permite ampliar relações comerciais e políticas com outros países e regiões, ao retirar o aspecto de “ameaça chinesa - esta é desequilibrada. Ou seja, “trata-se de um sistema dominado por três ou mais grandes potências, uma das quais é um hegemônio potencial [...] na multipolaridade desequilibrada, portanto, o balanceamento tende a ser ineficiente” (DINIZ, 2006, p. 513).

Souza e Camargo (2019) ao analisarem o projeto russo sob a condução de Putin, afirmam que a retomada ideológica do neoeurasianismo, na prática, consolida uma estratégia de retomada do protagonismo sinocêntrico no cenário mundial.

A condução de Putin toma principal forma “a oposição ao liberalismo”, por meio do estabelecendo de relações estratégicas bilaterais com o Irã, a Índia, a Venezuela, a Líbia e a Síria, também de forma multilateral como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), União Eurasiática, Pacto de Xangai Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. No caso do BRICS é mais uma coadunação de estratégias similares, do que união de similaridades, mas adentra pelo objetivo de um modelo alternativo a ordem mundial. Podemos dizer que a Rússia objetivado construir um sistema Multipolar das relações internacionais que reflita a realidade multifacetada do mundo contemporâneo. Essa pró atividade, russa, em construir uma nova visão sistêmica se realiza na capacidade russa de se reerguer e retomar seu espaço de superpotência. O projeto político aplicado por Putin, dentro das linhas gerais do neoeurasianismo é a retomada do território da *Heartland* e a promoção de relações entre estados dentro de uma ordem multipolar. Contudo o substrato político, desse projeto, tem se revelado de forma substancial na recuperação econômica russa e no seu protagonismo mundial. Por fim, ainda em relação ao neo-eurasianismo, como projeto político interno ao Estado,



que como demonstramos se revela a partir dos governos Putin, se concretiza a recuperação econômica da Rússia e, simultaneamente, como projeto externo, a partir de suas ações e estratégias geopolíticas, recoloca o país como player no sistema mundo. Cabendo considerar que de forma ainda muito mais defensiva (Ucrânia, Criméia e Geórgia, por exemplo), com reduzidas ações globais (Síria e Venezuela). No âmbito de sua estrutura ideológica, a *Kultur*, como elemento embrionário identitário russo e como projeto de demarcação de alteridade para os outros países, permite fomentar o projeto de multipolaridade, evidentemente pelo esforço diplomático e econômico de Putin, com as alianças bilaterais e multilaterais, tem logrado algum êxito. (SOUZA, CAMARGO, 2019:158-159).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando uma estratégia de consolidação de um bloco multipolar, defende-se que a posição da China está cada vez mais se reproduzindo a partir da diplomacia *soft power* no cenário internacional, abrigando elementos de direção e de consenso. O crescente progresso técnico chinês, somado a modernização do aparelho militar, possibilitou ao país “estender sua liderança na produção, no comércio e nas finanças internacionais, desencadeando uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial, mas também na geopolítica regional e global” (SOUZA, 2015 p, 8).

Desde os primeiros anos do século XXI, os países do Sul Global – incluindo a China – têm procurado criar instituições regionais e multilaterais baseadas no direito internacional e em uma agenda de desenvolvimento genuína para os povos do mundo. Essas instituições devem transcender o período de primazia dos Estados Unidos em grande escala que se abriu após a queda da URSS. Uma série de iniciativas desse tipo foi desenvolvida, incluindo plataformas regionais – como a Organização de Cooperação de Xangai na Ásia (2001) e a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) na América Latina e Caribe (2004) –, bem como plataformas mais globais – como o Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) (2003) e os Brics, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (2009). A 14ª cúpula do Movimento Não-Alinhado em Havana (2006) girou em torno da questão do regionalismo e multilateralismo. Na reunião do Brics, em 2013, os líderes divulgaram a Declaração de eThekweni, que resumiu o espírito dessa iniciativa, indicando seu compromisso com a “promoção do direito internacional, do multilateralismo e do papel central da ONU”, bem como a necessidade de “mais esforços regionais eficazes” para acabar com o conflito e promover o desenvolvimento (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021, p. 16).



Para lidar com a ordem existente, a China acomoda pragmaticamente a hegemonia dos Estados Unidos, por um lado, enquanto contesta a legitimidade dessa hegemonia, por outro. As tensões geopolíticas entre os dois países são acompanhadas de complementaridades econômicas produtivas, comerciais e financeiras. Trabalhando dentro do atual sistema internacional para expandir sua economia, a China baseou-se nos canais institucionalizados existentes para aumentar sua influência e prestígio político através da participação ativa, e não do confronto. As táticas específicas incluem, segundo Schweller e Fu (2015):

denunciar o unilateralismo dos EUA e promover o conceito (se não sempre a prática) de multilateralismo; 2) participar e criar novas organizações internacionais; 3) buscar uma diplomacia proativa de “*soft power*” no mundo em desenvolvimento; 4) votar contra os Estados Unidos em instituições internacionais; e (5) definir a agenda nas organizações internacionais e regionais. No curto prazo, a China busca uma modificação gradual da Pax Americana, não um desafio direto a ela (SCHWELLER; FU, 2015, p.53 , **tradução nossa**).

Embora a estratégia chinesa ainda busque acomodar os Estados Unidos, a própria característica de sua mobilização internacional tem buscado crescentemente por arranjos econômicos alternativos ao poder americano – o que reduz, gradualmente, sua dependência. O multilateralismo é para a China uma forma de manter a estabilidade do sistema internacional, buscando esvanecer a imagem da “ameaça chinesa” enquanto constrói uma de “poder responsável”, reduzindo assim as apreensões acerca de sua ascensão⁶ (BANDARRA, 2016).

A presença chinesa no chamado G20 financeiro, por exemplo, reflete essa maior flexibilidade e busca por alianças, uma vez que a China estaria inserida na elite das nações que regulam o sistema financeiro internacional. Através disso, o Estado Chinês é cada vez mais capaz de obter influência diplomática e política.

⁶ Em setembro de 2018, por exemplo, o presidente Xi Jinping assinou um acordo provisório com a Santa Sé, liderada pelo Papa Francisco, no que se refere à nomeação de bispos chineses. O episódio foi considerado um marco da *Faith Diplomacy* (Diplomacia da Fé) chinesa, uma vez que sempre existiu grandes apreensões sobre o chefe de um Estado estrangeiro nomear publicamente figuras dentro do território da China. Deste modo, "nos parece que o presidente Xi Jinping tenha identificado a Santa Sé como um sujeito internacional dotado de grande influência e prestígio no âmbito mundial, o que poderia legitimar e apoiar sua busca por ocupar um lugar de destaque no atual sistema internacional" (CARLETTI, 2019, p. 26). O *soft power*, nesse sentido, se apresenta também – e principalmente - dentro de questões culturais e ideológicas.



A proposta, embora impraticável, sinalizou a insatisfação chinesa com a ordem monetária internacional existente. Embora o status do dólar permaneça incontestado em um futuro próximo, a China está tomando medidas para estabelecer as bases para um possível desafio a longo prazo, aprimorando gradualmente o status internacional da moeda chinesa (o renminbi). A Iniciativa Chiang Mai – um acordo de swap de moeda multilateral de US \$ 120 bilhões entre os dez países da ASEAN, China, Japão e Coréia do Sul – é uma reserva regional (um *pool* de liquidez seguro) que complementa as facilidades de empréstimo do Fundo Internacional. O Fundo Monetário, fortalece a capacidade da região de se proteger contra riscos e desafios crescentes na economia global (SCHWELLER; FU, 2015, p. 55, **tradução nossa**).

No entanto, apesar de sua atuação internacional ser chamada de *low profile*, a China, sob o presidente Xi Jinping, assumiu uma posição mais dominante na governança global, orientada economicamente pelo Estado. Contrariando a política tradicional de Deng Xiaoping, que orientou o *soft power* das últimas décadas, a China hoje vem buscando alternativas mais assertivas para além do comércio, como por exemplo o reforço na liderança de exportação de tecnologias de vigilância e controle, disputas territoriais e ameaças militares em regiões sino-asiáticas, infiltração nas lideranças de organizações internacionais, etc (DAMS; RUHLIG; TONCHEV, 2021).

Nesse movimento, os países emergentes são o novo foco de crescimento dos mercados no que se refere à revolução digital, e os fluxos de capitais, nesse sentido, estão migrando para os mercados emergentes, que oferecem crescimento econômico ajustado aos riscos. Ademais, estes países estão reivindicando seu papel no cenário internacional como lideranças na produção de inovação e tecnologia. A China e os países asiáticos, por exemplo, investem mais em capital de tecnologia do que todos os países da Europa: a Huawei é a maior fornecedora na indústria de tecnologia; a Lenovo a maior produtora de laptops; a Samsung ultrapassou as vendas da Apple; e a China possui 5 das 10 maiores empresas de telefonia móvel do mundo (MASSI; SCORTECCI; SHAH; 2017).

Deste modo, sua estratégia diplomática não excluiria o caráter primordial do poder militar no referido cálculo e a lógica territorial expansiva de seu Estado. Souza e Camargo (2019), ao analisarem o projeto russo sob a condução de Putin, afirmam que a retomada ideológica do neoeurasianismo, na prática, consolida uma estratégia de retomada do protagonismo *sino-russo* no cenário mundial, afirmando que “o projeto de demarcação de alteridade para os outros países, permite fomentar o projeto de multipolaridade [...] com as alianças bilaterais e multilaterais. (SOUZA, CAMARGO, 2019:158-159).



Nos anos mais recentes, as relações entre Estados Unidos e China vem se tornando mais agressiva. O ano de 2016 foi marcado por dois grandes acontecimentos políticos no cenário financeiro internacional, a declaração da saída do Reino Unido da União Europeia – processo conhecido como Brexit ou Britain Exit – e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. A incerteza política somada a um cenário de queda nos preços do petróleo, fez com que novos investimentos fossem lançados e outros reformassem seus objetivos. Por exemplo, os países exportadores de commodities, como os do Golfo, começaram a abandonar os objetivos de acumulação rápida de riqueza, passando a voltar seus esforços à preservação das suas riquezas para as gerações futuras. A desaceleração da economia e queda no preço das commodities constituiu uma vantagem para a China e as demais economias asiáticas (BORTOLOTTI, 2016).

Dentre as principais medidas, a Administração Trump retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP) e iniciou o processo de renegociação do NAFTA, utilizando leis nacionais e internacionais para reiterar a soberania nacional pautada no crescimento de empregos e no fortalecimento do parque industrial norte-americano, segundo o USTR (2019) Trump objetivou dar respostas aos anseios de trabalhadores frustrados com funcionários públicos que não se esforçaram para encaminhar a política comercial ao estilo *Smoot-Hawley*⁷.

A estratégia em incluir uma agenda protecionista ou um nacionalismo econômico em defesa dos agentes danificados no processo de mundialização desencadeou uma política externa orientada pelo aumento das taxas de juros e fortalecimento do dólar, aumento da proteção para a Propriedade Intelectual, grandes investimentos em inovações tecnológicas para competir no cenário internacional – principalmente com a China – e repatriação dos investimentos de empresas nacionais no estrangeiro para o solo nacional (TÁBIO, 2019).

Em fevereiro de 2019 o presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva para orientar que as agências federais priorizassem investimentos, pesquisas e desenvolvimentos da Inteligência Artificial, sinalizando o compromisso dos Estados Unidos em fortalecer a cadeia tecnológica e salvaguardar sua vantagem sobre a China.

⁷ A lei Smoot-Hawley de 1930 implementou políticas comerciais protecionistas nos Estados Unidos. Foi um projeto de lei do senador Reed Smoot, e do Representante do Comitê de Formas e Meios da Câmara, Willis Hawley, para proteger agricultores americanos através da elevação das importações agrícolas estrangeiras (The Balance, 2019).



No ambiente de crescente competição estratégica, não basta restringir a abertura da economia dos EUA à ascensão tecnológica chinesa⁸ (FOREGEIN POLICY, 2019), que mesmo em meio ao caos da campanha presidencial de 2016, os EUA foram o palco para recebimento de US\$ 14,9 bilhões de investimentos advindos dos mercados emergentes asiáticos e do oriente médio, dos quais as duas companhias privilegiadas são empresas de tecnologia, como a *Veritas Technologies Corporation* (US\$ 3,7 bi) e a *Uber Technologies Inc.* (US\$ 3,5 bi) (BORTOLOTTI; LOSS; TRAJKOV, 2016).

A assinatura da Lei de Modernização da Revisão do Risco de Investimento Estrangeiro foi conduzida pelo Departamento do Tesouro dos EUA, que emitiu em 17 de setembro de 2019 propostas para implementá-la. A lei é uma maneira de alterar a maneira que o Comitê de Investimento Estrangeiro dos EUA (CFIUS) analisa as propostas de investimentos. O CFIUS possui autoridade de modificar e rejeitar os investimentos estrangeiros que podem afetar a segurança nacional dos EUA. A nova proposta é motivada principalmente pelas preocupações em relação à China e ao investimento direto chinês em solo estadunidense por exemplo (WHITLEY; ENSLEN; BODIE, 2019).

Com relação ao novo presidente Joe Biden, eleito em 2021, observa-se uma nova política de segurança nacional para os Estados Unidos com relação à China, orientada a partir de uma visão “quase toda” negativa, uma vez que expressa um certo grau de cooperação entre os países no que se refere ao controle de armamentos, clima e saúde global (ROCHA, 2021, p. 44).

Além disso, Biden ainda destaca que a supremacia global está intimamente relacionada ao ciberpoder e a capacidade de um Estado de utilizar essas tecnologias.

A competição entre China e Estados Unidos pela liderança no desenvolvimento de novas tecnologias, como o padrão 5G, é uma disputa pelo poder de moldar as estruturas da economia política internacional. A inauguração da infraestrutura de redes de comunicação móvel de quinta geração (5G), e a hiperconectividade proporcionada por ela, permitirá um aumento exponencial do volume e disponibilidade de dados que circulam nas redes digitais, bem como das possibilidades de trabalhá-los e monetizá-los, ao serem vendidos como modelos preditivos do comportamento humano para empresas de anúncios, ou para governos nacionais. Este aumento da geração de dados também aumenta a demanda por armazenamento e disponibilidade das informações, exigindo ampliação das redes de data centers, oferecidos

⁸ A China investe mais do que toda a Europa combinada em capital de risco voltado à alta tecnologia e a *Huawei* é a maior indústria de tecnologia do mundo (BORTOLOTTI; LOSS; TRAJKOV, 2016).



principalmente por algumas poucas empresas estadunidenses e chinesas. Os desdobramentos destas novas tecnologias em aspectos militares, de controle e de vigilância, faz com que sejam elementos centrais para a estratégia de qualquer potência internacional. (MOTTA, 2021, p. 51)

Entretanto, apesar do confronto direto com os Estados Unidos, a busca da consolidação da China como potência mundial responde à sua intermitente ação em prol da implementação de robustos processos de integração regional. A China tem tido uma presença crescente em instituições supranacionais e em fóruns multilaterais econômicos, como o G-20 financeiro, a coordenação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMS), a Organização Mundial da Saúde (OMS), etc., bem como na formação de alianças multilaterais para a segurança internacional, tendo como base retórica a ênfase na construção de uma ordem internacional harmônica e centrada no conceito de *he* (paz, harmonia) (SCHEWELLER; FU, 2015).

Essa estratégia não excluiria, contudo, o caráter primordial do poder militar no referido cálculo. Como lembra Mingjiang (2011), a China tem sido a “maior beneficiária do sistema existente durante as últimas três décadas” (MINGJIANG, 2011, p. 346, **tradução nossa**).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente discussão sobre o centro gravitacional do sistema-mundo se deslocar para a região sino-asiática tem demonstrado como as novas dinâmicas econômicas e políticas contribuem para redistribuição do poder mundial.

O vertiginoso crescimento da China, sobretudo no século XXI, se relaciona intrinsecamente com uma transição econômica que, anteriormente, girava em torno do binômio investimento-exportações para um modelo que tem buscado cada vez mais ampliar o crescimento de renda. Além disso, a participação em produtos de maior valor agregado para a exportação, como serviços de alta tecnologia e telecomunicações, possibilitou que o Estado Chinês fosse inserido na elite de países do sistema internacional.

Contudo, sua relevância econômica também foi acompanhada por um movimento que buscou estratégias diplomáticas de poder, a partir da consolidação da



multipolaridade, uma vez que a manutenção de relações comerciais entre inúmeros países e blocos regionais contribui para o fortalecimento de seu projeto de desenvolvimento.

Para além disso, a China vem buscando cada vez mais arranjos alternativos aos Estados Unidos – de forma a reduzir sua dependência – e, ao contrário de buscar um confronto direto com a hegemonia americana, as tensões geopolíticas entre os dois países são acompanhadas de complementaridades econômicas e produtivas. No entanto, em contextos pontuais, a China contesta a legitimidade dessa hegemonia, ratificando seu poder territorial em zonas de conflito (como por exemplo, Síria e Venezuela).

Diante dessas perspectivas, a possibilidade da China, através de suas estratégias diplomáticas, contrabalancear a ordem internacional no que se refere aos organismos institucionais globais poderia compreender maiores desenvolvimentos para sua virada estratégica à multipolaridade. Sendo assim, as mudanças no cenário mundial trazem novos problemas e definem novos debates para a geografia política, uma vez que pensar metodologicamente o espaço político, bem como suas relações de poder, se configura como um exercício analítico e o torna um objeto geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século 21**. São Paulo, Boitempo, 2008.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G; SILVER, B (Org). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

BANDARRA, L. C.L. A. **A ascensão chinesa na nova era sob a perspectiva do realismo ofensivo: rumo a uma nova hegemonia?** Conjuntura Global, vol. 4 n.3, set./dez., 2015, p. 305-317.

BATISTA JR., P. N. **Mitos da "globalização"**. Estudos Avançados, 12(32), 125 -186, 1998.

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, L. **Financeirização da Riqueza, Inflação de Ativos e Decisões de Gasto em Economias Abertas**. Economia e Sociedade, Campinas, No. 11, 1998.

BLUNDELL-WIGNALL, Adrian; HU, Yu-Hei; YERMO, Juan. **Sovereign Wealth and Pension Fund Issues**. OECD, 2008.



BORTOLOTTI, B. From the editor. In: BORTOLOTTI, B.; LOSS, G.; TRAJKOV, N. **Hunting Unicorns, Sovereign Wealth Funds Annual Report 2016**. Bocconi University, 2016.

BORTOLOTTI, B.; LOSS, G.; TRAJKOV, N. **Hunting Unicorns, Sovereign Wealth Funds Annual Report 2016**. Bocconi University, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?**. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 51-72, Mar. 2010.

CAMPOLINA, B; DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 4 (137), pp. 638-655, outubro-dezembro, 2014.

CARLETTI, A. A Faith Diplomacy de Xi Jinping: as implicações político-religiosas do acordo provisório sobre a nomeação dos bispos católicos na China. **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 16, nº3, p. 24-33, 2019.

CHESSAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. Campinas: **Economia e Sociedade**, n.5, 1995.

CINTRA, M. A.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 381-400, 2017.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discurso sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa-São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1992.

COX, R. W. Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun. In: Rosenau, James N. & Czempiel, Ernst-Otto (Orgs). **Governança sem Governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb, 2000.

DAMS, T.; RUHLIG, T.; TONCHEV, P. Does China still care about soft power? Assessing the diversity of approaches in Europe. In: **China's soft power in Europe: falling on hard times**. A report by the European Think-tank Network on China (ETNC), 2021.

DINIZ, E. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade - uma discussão teórica realista. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, pp. 505-565.

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. Crítica y Emancipación, (2): 157-183, primer semestre 2009.



FOREIGN POLICY. **Nations Are Wielding Their Sovereign Wealth Funds as Tools of Power.** January, 11, 2018. Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2018/01/11/nations-are-wielding-their-sovereign-wealth-funds-as-tools-of-power/>. Acesso em: 08/07/2019.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Crepúsculo:** a erosão do controle dos EUA e o futuro multipolar. Dossiê nº36, janeiro de 2021. Disponível em:

https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/01/20210126_Dossier-36_PT_Web.pdf.

Acesso em: 08/09/2021.

JISI, W. America in Asia: How Much Does China Care?. **Global Asia**, Vol. 2, No. 2 (Fall 2007), pp. 27–28.

MASSI, M. M.; SCORTECCI, A.; SHAH, P. **Sovereign Wealth's hunt for the next unicorn.** 2017. Disponível em: <<https://www.bcg.com/publications/2017/principal-investors-private-equity-technology-digital-sovereign-wealth-hunt-next-unicorn>>.

Acesso em: 20/07/2019.

MINGJIANG, L. **Rising from Within:** China's search for a multilateral World and its implications for Sino-U.S relations. RSIS Working Paper, nº 225, 2011.

MOTTA, M. EUA e China na competição pelo futuro. In: TEIXEIRA, T. et al (ORG). **Estudos e análises de conjuntura. Governo Biden: um primeiro balanço.** OPEU, INTC/INEU, nº17, junho de 2021.

OURIQUES, H.R., VIEIRA, P.A., ARIENTI, P.F.F. **As consequências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista:** o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. In: III Encontro Nacional da ABRI. Workshop sobre BRICS. São Paulo, 19 a 22 de julho de 2011 [Trabalho completo, 16 páginas].

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: **A China na nova configuração global – impactos políticos e econômicos.** Org: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. Brasília: IPEA, 2011.

POCHMANN, M (2011). Apresentação. In: **A China na nova configuração global – impactos políticos e econômicos.** Org: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. Brasília: IPEA, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.



RINALDI, P. N. **Estados e Fundos Soberanos de Riqueza: instrumentos de retrocesso ou avanço da globalização financeira?** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, ago. 2010.

ROCHA, M. P. N. O alvo do imperador: a estratégia bifronte de Biden para a China. In: TEIXEIRA, T. et al (ORG). **Estudos e análises de conjuntura. Governo Biden: um primeiro balanço.** OPEU, INTC/INEU, nº17, junho de 2021.

SCHWELLER, R. L.; PU, X. **After Unipolarity.** China's Vision of International Order in na Era of U.S. Decline. Im *International Security*, 36: 1 (2011), pg. 41-72.

[SOUZA, J.G.](#); CAMARGO, F. R. . Geopolítica e ideologia: o neoeurasianismo e a questão da quarta teoria. In: ALVES, F.D.; AZEVEDO, S.C.; COCA, E.L.F.; VALE, A.R.. (Org.). **A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais no Brasil contemporâneo.** 1ed.Alfenas - MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019, v. 1, p. 115-168.

TABÍO, L. R. F. (2018). La administración Trump y la economía norteamericana: contradicciones y perspectivas. In: CASTORENA, et al. **Estados Unidos contra el mundo: Trump y la nueva geopolítica.** CLACSO, 2018.

THE BALANCE (2019). **What the Smoot Hawley Act Can Teach Protectionists today.** Disponível em: <<https://www.thebalance.com/smoot-hawley-tariff-lessons-today-4136667>>. Acesso em: 10/11/2019.

UNITED STATES OF AMERICA. Office of the United States Trade Representative. **Estimated impact of the United States Mexico-Canada agreement (USMCA) on the U.S. automotive sector.** April, 18, 2019. USTR, 2019.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WHITLEY, J.; ENSLEN, A.; BODIE, J. (2019). **New foregein investment restriction regulations cement CFIUS reform.** October 7, 2019. In: Global Trade (online). Disponível em: <<https://www.globaltrademag.com/new-foreign-investment-restriction-regulations-cement-cfius-reform/>>. Acesso em: 25/09/2019.